

# Sumário Executivo

## Relatório Anual 2022

### A Situação do País em Matéria de Álcool





---

# PREÂMBULO

Compete ao SICAD apoiar o Coordenador Nacional na elaboração do Relatório Anual sobre a Situação do País em Matéria de Álcool. Este Relatório compila a informação de vários parceiros, enquanto serviços fonte, assim como os resultados de vários estudos nacionais. Permite-nos conhecer a situação do país e também, tendo como referencial os Planos Nacionais desta área, monitorizar as metas neles definidas, com vista à promoção da saúde e do bem-estar social.

Iniciámos o atual ciclo estratégico com vários desafios, desde logo a reorganização dos serviços de saúde em geral e, nos CAD em particular, configurando-se como oportunidades para reforçar e melhorar as respostas nestas áreas. Com efeito, a criação do ICAD, I.P. pressupõe a especificidade dos cuidados de saúde prestados em CAD (sem prejuízo do seu carácter global e da articulação com todos os níveis de cuidados), pretendendo fortalecer a capacidade de intervenção do Estado com um novo modelo de organização das respostas, mediante a integração do planeamento, coordenação e intervenção.

Também no começo deste ciclo observamos algumas evoluções positivas em indicadores na área do álcool, mas são mais as negativas, quer se trate de evoluções recentes ou com agravamento continuado.

Apesar do aumento da abstinência na população geral (15-74 anos), entre 2017 e 2022 não houve melhorias na maioria dos indicadores. Diminuiu a idade média de início dos consumos, aumentou o consumo recente e atual de álcool, a embriaguez severa, os consumos de risco elevado e a dependência (esta tem vindo a aumentar desde 2012 e quase quadruplicou em dez anos). Os agravamentos foram transversais a ambos os sexos e à maioria dos grupos etários, embora mais expressivos nos homens e em algumas idades, como o consumo de risco elevado nos 15-24 anos e 25-34 anos e a dependência nos 35-44 anos e 45-54 anos.

No contexto das populações escolares, o estudo mais recente evidenciou uma estabilidade dos consumos de álcool entre 2018 e 2022, mas já entre os jovens de 18 anos da população geral, apesar da estabilidade do consumo recente e atual nos últimos cinco anos, em 2022 houve um aumento do consumo *binge* e da embriaguez (os valores mais altos desde 2015), e em particular no grupo feminino. Também as prevalências da experiência de problemas relacionados com o consumo de álcool foram muito superiores nos últimos dois anos por comparação aos anos pré-pandemia.

Perante este cenário, não é de estranhar que tenha subido pelo segundo ano consecutivo o número dos que iniciaram tratamento por problemas relacionados com o uso de álcool, atingindo o valor mais alto dos últimos dez anos (sobretudo à custa dos readmitidos), assim como os internamentos hospitalares com diagnósticos atribuíveis ao consumo de álcool, com o valor de 2022 a ser o mais alto do quinquénio. Assistimos ainda a evoluções negativas ao nível da mortalidade, com os óbitos por doenças atribuíveis ao álcool em 2020 e 2021 a serem os mais altos dos últimos dez anos e, as vítimas mortais de acidentes de viação sob a influência do álcool a aumentarem em 2021 e 2022, atingindo já os níveis pré-pandémicos.

Importa assinalar algumas evoluções positivas, como é o caso da hepatite C nestas populações e das mortes por intoxicação alcoólica, que diminuíram em 2022 (o segundo valor mais baixo do período

2016-22), esperando que esta não seja uma mera situação pontual, mas o início de uma tendência a perdurar.

Também os indicadores de problemas sociais/legais relacionadas com o consumo de álcool - como os diagnósticos relativos a comportamentos que afetam o bem-estar e desenvolvimento da criança, os crimes por condução com TAS  $\geq 1,2$  g/l, os crimes por embriaguez e intoxicação e os reclusos por crimes de condução em estado de embriaguez - registaram aumentos em 2021 e 2022, atingindo a maioria deles os valores mais elevados do quinquénio.

Ao nível dos mercados, após as descidas nas quantidades disponíveis para consumo em 2020, houve uma recuperação em 2021 e 2022, com as vendas já a ultrapassarem os níveis pré-pandémicos em todos os segmentos de bebidas alcoólicas, com os valores mais altos do quinquénio.

Persiste a preocupação com alguns aspetos relacionados com a disponibilidade e a acessibilidade a bebidas alcoólicas por parte de menores, num cenário em que vários indicadores apontam para retrocessos, como é o caso do início dos consumos em idades mais precoces e uma importante franja de menores continuar a adquirir bebidas alcoólicas em vários tipos de pontos de venda apesar de proibido por lei, sem que se observe um reforço do investimento na fiscalização nesta matéria, tal como o atesta a quebra em vários indicadores nos últimos anos. Por sua vez, mantêm-se as estratégias regulatórias menos restritivas para as bebidas alcoólicas do que para outros produtos similares do ponto de vista da saúde pública, incluindo a falta de investimento numa política de preços, desvalorizando assim a potencial nocividade do consumo de álcool.

Configura-se assim como um grande desafio reverter os agravamentos recentes nos consumos de álcool e problemas associados, num contexto de crise global que se prevê com impacto negativo nas adições e num quadro nacional de políticas nestas áreas consideradas de baixo controlo.

Enquanto Coordenador Nacional para os Comportamentos Aditivos e as Dependências, deixo o meu sincero reconhecimento e agradecimento a todos os Profissionais e Serviços com responsabilidades nestas áreas, pelo empenho, resiliência e determinação demonstrados ao longo deste percurso. Estou convicto que juntos, potenciando a complementaridade e as sinergias, conseguiremos inverter o cenário menos positivo com que nos deparamos no início deste ciclo estratégico.

Lisboa, 11 de dezembro de 2023

O Coordenador Nacional para os Comportamentos Aditivos e as Dependências



João Castel-Branco Goulão

---

# Sumário Executivo

Têm sido implementados vários estudos nacionais que abordam o consumo de substâncias psicoativas, alguns deles iniciados há muitos anos e que têm permitido a análise de tendências e a comparabilidade da situação nacional no contexto europeu e internacional.

No **INPG 2022 – V Inquérito Nacional ao Consumo de Substâncias Psicoativas na População Geral, Portugal 2022** – realizado na população de 15-74 anos residente em Portugal, as prevalências de consumo de *qualquer bebida alcoólica* foram de 75% ao longo da vida, 62% nos últimos 12 meses e 55% nos últimos 30 dias, sendo um pouco inferiores as do grupo de 15-34 anos (69%, 58% e 49%).

Entre os consumidores atuais, o consumo diário/quase diário de alguma bebida alcoólica era de 37% (20% dos inquiridos), com 30% dos consumidores a ingerirem diariamente vinho, 12% cerveja e 2% bebidas espirituosas. Nos consumos atuais, o vinho e a cerveja continuavam a apresentar prevalências bem mais elevadas e consumos mais frequentes por comparação às bebidas espirituosas, embora nos 15-24 anos o vinho e as espirituosas surgissem com prevalências de consumo muito próximas.

As prevalências de consumo *binge* e de embriaguez severa nos últimos 12 meses foram de 10% e 7% nos 15-74 anos (17% e 11% dos consumidores), e de 13% e 10% nos 15-34 anos (22% e 17% dos consumidores). Estes consumos continuam a ser mais prevalentes nos homens, embora com um menor rácio nos mais jovens. Entre os consumidores recentes há uma diminuição destas prevalências ao longo do ciclo de vida.

Quanto a padrões de consumo abusivo ou dependência de álcool, 3,1% da população (5,1% dos consumidores) tinha, nos últimos 12 meses, um consumo de risco elevado/nocivo e 1,1% (1,8% dos consumidores) apresentava sintomas de dependência (AUDIT), sendo as proporções correspondentes nos 15-34 anos de 3,6% e 0,4% (6,2% e 0,7% dos consumidores). O grupo masculino apresentou maiores prevalências de consumo de risco elevado/nocivo (5,1%) e dependência (2,2%) do que o feminino (respetivamente 1,2% e 0,1%). Por sua vez, os inquiridos de 25-34 anos registaram a prevalência mais elevada de consumo de risco elevado/nocivo e os de 45-54 anos a maior prevalência de dependência.

Na avaliação do uso abusivo e dependência (CAGE), 3,5% da população de 15-74 anos residente em Portugal (5,7% dos consumidores recentes) apresentava um consumo de abuso ou dependência de álcool, sendo nos 15-34 anos de 2,7% (4,6% dos consumidores). Este era mais prevalente nos homens, embora com menores diferenças nos mais jovens. As prevalências do consumo de abuso ou dependência de álcool foram mais elevadas nos grupos etários decenais entre os 35 anos e 64 anos.

Apesar do aumento da abstinência face a 2017, não houve melhorias na maioria dos indicadores. Verificaram-se agravamentos ao nível das idades de início dos consumos, das prevalências do consumo recente e atual, das de embriaguez severa e dos consumos de risco elevado/nocivo e da dependência (reforçando a tendência de aumento da dependência desde 2012, que quase quadruplicou em dez anos), transversais a ambos os sexos e à maioria dos grupos etários decenais. Não obstante esta transversalidade, as evoluções negativas foram mais expressivas no grupo masculino e em determinados grupos etários, como é o caso do consumo recente, atual e da embriaguez severa nos 25-34 anos, do consumo de risco elevado/nocivo nos 15-24 anos e 25-34 anos e, o agravamento da dependência nos 35-44 anos e 45-54 anos, o que deverá ser tido em consideração no planeamento das intervenções.

Persistem as heterogeneidades regionais, apresentando o Centro as prevalências mais elevadas de consumo *binge* e embriaguez severa recente nos 15-74 anos e nos 15-34 anos, e registando os maiores aumentos face a 2017 em ambas as populações. No caso dos consumos de risco elevado/nocivo e da dependência, o Centro e o Alentejo surgiram com os valores mais altos nos 15-74 anos e nos 15-34 anos e, foram as únicas regiões com subidas simultâneas nos consumos de risco elevado/nocivo e na dependência nos 15-74 anos, sendo que nos 15-34 anos isso ocorreu apenas no Alentejo.

No **Inquérito Nacional de Saúde, 2019**, os resultados foram próximos aos do estudo anterior, quanto à dimensão da maioria dos indicadores. Cerca de 69% da população com 15 ou mais anos (82% dos homens e 58% das mulheres) consumiram álcool pelo menos uma vez nos últimos 12 meses, 22% nunca beberam na vida e 8% já beberam, mas não nos últimos 12 meses. Mais de metade dos inquiridos tinha consumido diariamente (21%) ou regularmente (37%) bebidas alcoólicas nos últimos 12 meses. O consumo diário era mais frequente nos homens do que nas mulheres e também nos 55-74 anos. Quanto ao consumo *arriscado*, 30% da população (43% dos consumidores) referiu ter tomado, pelo menos uma vez, 6 ou mais bebidas alcoólicas numa única ocasião ou evento, nos últimos 12 meses.

Em termos de evolução, a prevalência de consumo recente de 2019 foi próxima à de 2014, tendo diminuído o consumo diário e aumentado o consumo *arriscado*. De um modo geral, estas tendências foram transversais a homens e mulheres e aos vários grupos etários, embora a evolução tenha sido mais positiva nos homens e, nos mais idosos.

Importa ainda referir alguns resultados do **RARHA SEAS 2015 – Standardised European Alcohol Survey, 2015** (população de 18-64 anos) que, apesar de se reportarem a 2015, permitem a comparabilidade a nível europeu. No conjunto dos 19 países europeus participantes, Portugal apresentou das mais baixas prevalências de consumo de álcool, de *binge* e de embriaguez. O mesmo aconteceu com os indicadores sobre os problemas relacionados com o consumo de álcool e, com o abuso e a dependência. De um modo geral, foi um dos países que apresentou maiores rácios entre os sexos (prevalências mais baixas no grupo feminino) em quase todos os indicadores.

Em 2022, no inquérito anual **Comportamentos Aditivos aos 18 anos: inquérito aos jovens participantes no Dia da Defesa Nacional, 2022**, houve um aumento das prevalências de *binge* e de embriaguez face a 2021 (sobretudo no grupo feminino) atingindo os valores mais elevados desde 2015, reforçando assim a tendência de agravamento em 2018-22 face a 2015-17. É de assinalar também que, apesar de se ter mantido estável face a 2021 a prevalência da experiência recente de problemas relacionados com o consumo de álcool, esta sofreu, nos últimos dois anos, um aumento relevante face aos anos pré-pandemia. Por sua vez, verifica-se uma estabilidade das prevalências de consumo recente e atual entre 2018 e 2022, após um ligeiro aumento contínuo entre 2015 e 2018.

As prevalências de consumo de *qualquer bebida alcoólica* foram de 88% ao longo da vida, 85% nos últimos 12 meses e de 68% nos últimos 30 dias. Pela primeira vez, a prevalência de consumo atual no grupo feminino foi idêntica à do masculino.

Cerca de 9% destes jovens de 18 anos (13% dos consumidores) declarou ter um consumo atual diário/quase diário de bebidas alcoólicas. Nos últimos 12 meses, 54%, 65% e 36% dos inquiridos (64%, 77% e 43% dos consumidores) tiveram consumos *binge*, experienciaram embriaguez ligeira e embriaguez severa. Embora o consumo *binge* e a embriaguez severa continuem a ser mais expressivas nos rapazes (56% e 37%) do que nas raparigas (52% e 35%), pela primeira vez a prevalência de embriaguez ligeira foi superior nestas (66% nas raparigas e 64% nos rapazes).

Cerca de 28% dos inquiridos / 31% dos consumidores recentes de álcool, experienciou problemas relacionados com o consumo de álcool nos últimos 12 meses, continuando a ser os mais referidos, as situações de mal-estar emocional e o envolvimento em relações sexuais desprotegidas.

Persistem as heterogeneidades regionais, continuando o Alentejo a ter valores mais elevados nos vários indicadores em análise. As Regiões Autónomas destacaram-se com os valores mais baixos. De um modo geral, o padrão nacional de evolução destes indicadores verificou-se na maioria das regiões. De destacar entre as exceções, a descida do consumo *binge* e a estabilidade da embriaguez severa nos Açores. Por sua vez, apesar da diminuição do consumo recente na Madeira, esta foi a região que teve um maior agravamento do consumo *binge* e da embriaguez severa face a 2021.

No inquérito *online* sobre **Comportamentos Aditivos em Tempos de Covid-19**, realizado em 2020 entre os consumidores de álcool com 18+ anos, foram evidenciadas alterações nos padrões de consumo de álcool com o confinamento devido à pandemia (entre março e maio de 2020), e essas alterações variaram, entre outros, em função dos padrões prévios dos consumos.

Na amostra do estudo, maioritariamente com um padrão prévio de consumo de álcool não problemático, 42% declararam ter diminuído e 21% aumentado os consumos de álcool. Os principais motivos para as alterações dos consumos – destaque para as oportunidades de convívio e de lazer e para os efeitos psicológicos expectáveis – estavam em linha com as associações identificadas entre essas alterações e variáveis sociodemográficas (p. ex., a diminuição dos consumos foi mais referida pelos mais jovens e estudantes) e as relativas à vivência da pandemia (p. ex., o aumento dos consumos foi mais comum nos inquiridos com maior *stress* na pandemia).

Por sua vez, o agravamento dos consumos em indivíduos com um padrão prévio de consumo de álcool mais frequente e problemático evidencia, tal como outros estudos, que as populações com este tipo de vulnerabilidades são mais suscetíveis à exposição de riscos adicionais em momentos de crise.

No contexto das populações escolares, o estudo mais recente, aplicado em 2022, evidenciou uma estabilidade dos consumos de álcool face a 2018, sendo que nos estudos de 2018 e 2019 houve uma estabilidade dos consumos face a 2014 e 2015, com pequenas variações tendencialmente no sentido da descida (embora este padrão de evolução não tenha ocorrido em todas as idades).

No **Health Behaviour in School-aged Children, 2022 (HBSC/OMS, 2022)**, tal como nos anos anteriores, as bebidas alcoólicas consumidas com maior frequência entre os alunos portugueses do 6.º, 8.º e 10.º anos eram as destiladas e a cerveja, sendo o consumo de vinho menos frequente. Os consumos diários (inferiores a 0,5%) decresceram face a 2018, para valores próximos aos de 2014. Cerca de 10% destes alunos já se tinham embriagado alguma vez na sua vida, sendo mais prevalente nos mais velhos (2%, 6% e 21%, dos alunos do 6.º, 8.º e 10.º anos). Cerca de 5% dos inquiridos embriagaram-se nos últimos 30 dias, 4% entre 1 a 3 vezes e 1% com uma frequência superior. Entre 2018 e 2022 não se registaram alterações relevantes das prevalências e frequências de embriaguez.

No **ECATD-CAD 2019 – Estudo sobre o Consumo de Álcool, Tabaco e Droga e outros Comportamentos Aditivos e Dependências, 2019** –, a nível nacional, a prevalência de consumo ao longo da vida de qualquer bebida alcoólica nos alunos de 13-18 anos foi 68% e, as de consumo recente e atual, 59% e 38%. O consumo atual de bebidas destiladas e de cervejas mantém-se superior ao de vinho, predominando nos mais novos as cervejas (a seguir aos *alcopops*) e nos mais velhos as destiladas. A prevalência de embriaguez recente foi 32% no caso de ligeira e 20% no caso de severa, e a de consumo *binge* nos últimos 30 dias foi 20%. Não houve diferenças relevantes entre os sexos nas prevalências de

consumo recente, e quanto ao *binge* e embriaguez, as diferenças foram mais claras nos 17 e 18 anos, com os rapazes a reportarem mais estas práticas.

Entre 2015 e 2019 houve uma estabilidade dos consumos de álcool nos alunos de 13-18 anos, com ligeiras variações no sentido da descida na maioria dos indicadores. São de destacar, enquanto tendências menos positivas, o aumento do consumo recente nos 15-16 anos, do consumo atual e da embriaguez recente e atual nos 16 anos, e o aumento do *binge* nos mais velhos (16-18 anos). O padrão geral de evolução manteve-se em ambos os sexos, embora com uma evolução mais positiva nos rapazes, assistindo-se a um atenuar das diferenças de género nos padrões de consumo de álcool.

É de notar que as prevalências de consumo recente e atual em 2015 e 2019 foram inferiores, em todas as idades, às de 2011 – ano do estudo anterior ao reforço legislativo de medidas restritivas ao consumo nocivo do álcool –, assim como as de embriaguez recente. No caso do consumo *binge*, houve um agravamento face a 2015 e 2011 entre os alunos mais velhos.

No **ESPAD 2019 – European School Survey Project on Alcohol and Other Drugs, 2019** –, 77% dos alunos portugueses de 16 anos já tinham consumido álcool e, 69% e 43% fizeram-no nos últimos 12 meses e 30 dias. Cerca de 24% embriagaram-se nos últimos 12 meses e, nos últimos 30 dias, 11% embriagaram-se e 24% tiveram consumos *binge*. As diferenças entre os sexos tendem a esbater-se, com as raparigas a apresentar já uma prevalência de embriaguez recente superior. Contrariamente à tendência nos dois quadriênios anteriores, de diminuição dos consumos recentes e atuais, e da embriaguez e do *binge*, entre 2015 e 2019 houve um agravamento nestes indicadores. Apesar da prevalência do consumo recente já ser igual à média europeia, as do consumo atual, embriaguez e *binge* mantêm-se ainda aquém. Contudo, a evolução nos alunos portugueses foi menos positiva do que a das médias europeias.

As prevalências do início do consumo de álcool e da embriaguez com 13 anos ou menos foram idênticas às de 2015, mantendo-se inferiores às de 2011: 41% tinham iniciado o consumo de álcool e 5% tinham-se embriagado com 13 anos ou menos. As médias europeias foram de 33% e 7%, tendo havido uma evolução positiva face a 2015.

Quanto às perceções do risco associado ao consumo de álcool, em Portugal, 32% dos alunos de 16 anos disse ser de *grande risco* o consumo diário de 1/2 bebidas e 75% no caso de 4/5 bebidas. 66% considerou ser de *grande risco* tomar 5 ou mais bebidas no fim de semana. Estas proporções foram superiores às de 2015, 2011 e 2007. Face às médias europeias, os portugueses apresentaram maiores proporções de atribuição de *grande risco* a estes consumos.

Em 2022 foi realizado também, pela primeira vez, um estudo de abrangência nacional e representativo do ensino superior público, **Saúde e Estilos de Vida no Ensino Superior em Portugal (ES+Saúde)**. As prevalências de consumo de bebidas alcoólicas foram de 93% ao longo da vida, 84% nos últimos 12 meses e 69% nos últimos 30 dias, sendo estas muito semelhantes entre os sexos, com exceção do consumo atual que foi superior no grupo masculino. Mais de metade (53%) destes estudantes consumiram cervejas nos últimos 30 dias, 47% bebidas destiladas, 42% *alcopops*, 39% misturas caseiras e 38% vinhos, sendo o consumo de álcool numa base diária pouco prevalente.

Cerca de 47%, 49% e 21% dos inquiridos (68%, 72% e 31% dos consumidores) tiveram, nos últimos 30 dias, consumos *binge*, beberam até ficarem *alegres* ou até atingirem um estado de embriaguez severa. Estas práticas eram mais prevalentes no grupo masculino, nos mais jovens e nos estudantes deslocados da sua residência. Na prática de policonsumos destaca-se o consumo de bebidas energéticas com álcool (9% nos últimos 30 dias) e o de canábis com álcool (7% nos últimos 30 dias).

Cerca de 15% dos consumidores (13% dos inquiridos) teve a experiência recente de problemas relacionados com o consumo de álcool, sendo os mais referidos as relações sexuais sem preservativo (8% consumidores), seguindo-se os problemas com os amigos, os problemas de rendimento escolar ou no trabalho, a hospitalização ou ida a serviço de urgência, e atos de violência/lutas.

Em 2022 estiveram em **tratamento** no ambulatório da rede pública, 13 827 utentes com problemas relacionados com o uso de álcool. Dos 4 867 que iniciaram tratamento no ano, 1 546 eram readmitidos e 3 321 novos utentes. Aumentaram pelo segundo ano consecutivo os utentes em ambulatório (+4%), após a descida em 2020, estando ainda um pouco aquém do valor de 2019, antes da pandemia. Também subiu pelo segundo ano consecutivo o número dos que iniciaram tratamento no ano (+9% face a 2021), atingindo o valor mais alto dos últimos dez anos. O aumento foi mais acentuado nos readmitidos (+17%) do que nos novos utentes (+5%), com o valor de readmitidos a ser o mais elevado dos últimos dez anos e o de novos utentes já próximo dos níveis pré-pandémicos.

Na rede pública e licenciada houve 803 internamentos por problemas relacionados com o uso de álcool em Unidades de Alcoologia e Unidades de Desabilitação e 1 232 internamentos em Comunidades Terapêuticas, correspondendo a 60% e 44% do total de internados nestas estruturas. No caso das UA/UD, apesar dos aumentos nos últimos dois anos os valores ainda se mantêm aquém dos anteriores a 2020 e, nas CT, já atingiram os níveis pré-pandémicos.

Nestas populações em tratamento, em 2022, as prevalências de **doenças infecciosas** situaram-se nos seguintes limites: VIH+ (1% - 4%), VHC+ (2% - 14%) e AgHBs+ (1% - 3%). No total de utentes em ambulatório, estas prevalências têm-se mantido estáveis nos últimos sete anos (entre 2% a 3%), assim como as de VHC+ nos últimos cinco anos. Entre os que iniciaram tratamento no ano tem havido uma tendência de descida nos últimos anos das prevalências de VHC+, quer nos novos utentes como nos readmitidos.

No último quinquénio, as proporções de novas infeções por VIH nos utentes em tratamento no ano não sofreram variações relevantes face ao anterior e, no caso do VHC, os valores foram um pouco inferiores nos últimos cinco anos, sobretudo em 2022. É de notar que nos utentes com problemas relacionados com o uso de álcool, as proporções de seropositivos com terapêutica antirretroviral continuam a ser muito inferiores às dos utentes em tratamento por problemas com o consumo de drogas.

Em 2022 houve em Portugal 4 538 **internamentos hospitalares** com diagnóstico principal atribuível ao consumo de álcool, na sua maioria relacionados com doença alcoólica do fígado (67%) e dependência de álcool (21%). Verificou-se uma descida destes internamentos face a 2021 (-4%), mantendo-se assim aquém dos valores de 2018 e 2019 e representando o segundo valor mais baixo do período 2017-2022. Com os diagnósticos secundários, os internamentos passam a ser bastante superiores (40 465 em Portugal e 39 182 em Portugal Continental), com os valores dos últimos dois anos a aumentarem e a serem os mais altos desde 2017. Estes internamentos representaram 0,29% e 2,4% dos internamentos hospitalares em 2022, caso se considere apenas o diagnóstico principal ou também os secundários. Neste último caso, houve um aumento entre 2017 e 2020 daquelas proporções, com descidas nos últimos dois anos.

Segundo o INE, IP, em 2021 registaram-se em Portugal 2 526 **óbitos** por doenças atribuíveis ao álcool (2,02% do total de óbitos), sendo os valores de 2020 e de 2021 os mais altos dos últimos dez anos. A taxa de mortalidade padronizada para todas as idades foi de 21,1 óbitos por 100 000 habitantes, sendo bastante superior nos 65+ anos (56,2) e, o número médio de anos potenciais de vida perdidos foi de 11,6 anos. Foram atribuídos 107 óbitos a *transtornos mentais e comportamentais devido ao uso de álcool* e 668 a *doença alcoólica do fígado*, representando 4% e 26% dos óbitos por doenças atribuíveis ao álcool. Em 2017-21 houve mais óbitos por doenças atribuíveis ao álcool do que em 2012-16.

Em 2022, nos registos do INMLCF, IP, dos 936 óbitos positivos para o álcool e com informação da causa de morte, 37% foram atribuídos a acidente, 31% a morte natural e 13% a suicídio. Com valores mais residuais surgiu a intoxicação alcoólica (4%), homicídio (2%), intoxicação por exposição a outras substâncias (2%) e *overdose* com substâncias ilícitas (1%). Houve uma diminuição (-15% face a 2021) das mortes por intoxicação alcoólica (35) após o aumento em 2021, mantendo-se aquém dos valores pré-pandémicos e sendo o segundo valor mais baixo do período 2016-22. Cerca de 49% destes óbitos foram positivos só para o álcool, e em 29% foram detetados só álcool e medicamentos. Das 177 vítimas mortais de acidentes de viação que estavam sob a influência do álcool, 79% eram condutores, 16% peões e 5% passageiros. 78% destas vítimas tinham uma TAS  $\geq 1,2$ g/l. Após o aumento contínuo destas vítimas entre 2015 e 2019 e, a quebra em 2020 relacionada com a pandemia, os números voltaram a aumentar em 2021 e 2022 (+20% face a 2021), atingindo já os níveis pré-pandémicos.

Ao nível dos indicadores de **problemas sociais/legais**, após as descidas em 2020 devido à pandemia, também se seguiram aumentos em 2021 e 2022, atingindo a maioria deles os valores mais altos do quinquénio.

Em 2022 houve 552 diagnósticos principais relativos a comportamentos relacionados com o consumo de bebidas alcoólicas que afetam o bem-estar e desenvolvimento da criança (+1% face a 2021), 64 em que a criança/jovem assume esses comportamentos (+25%) e 488 em que ela é exposta a eles (-1%). Após a diminuição destas sinalizações e diagnósticos em 2020, os valores subiram nos últimos dois anos para os níveis pré-pandémicos, representando as sinalizações e diagnósticos de exposição da criança/jovem àqueles comportamentos em 2021 e 2022, os valores mais elevados dos últimos dez anos.

É de notar que no *RARHA SEAS, 2015 Portugal* foi um dos países com menores prevalências de experiência recente de efeitos negativos devido ao consumo de terceiros (33%). Cerca de 16% dos portugueses tinham vivido na infância/adolescência com alguém que tinha um consumo excessivo ou abusivo de álcool e 7% disseram ter ficado muito afetados com essas experiências.

Em relação aos crimes por condução com TAS  $\geq 1,2$  g/l, em 2022 houve 22 071 registos, correspondendo a 50% do total de crimes contra a sociedade e 6% da criminalidade registada. Após o aumento destes crimes entre 2009 e 2012 registou-se uma tendência de decréscimo, com diminuições consecutivas entre 2016 e 2020. Em 2022 houve um aumento destes crimes pelo segundo ano consecutivo (+43% face a 2021), atingindo o valor mais elevado dos últimos sete anos. Também se registaram 22 crimes por embriaguez e intoxicação, representando o valor mais alto dos últimos dez anos.

A 31/12/2022 estavam em reclusão 157 indivíduos por crimes de condução em estado de embriaguez ou sob a influência de estupefacientes ou substâncias psicotrópicas. Após as descidas entre 2016 e 2020 houve um aumento destes reclusos pelo segundo ano consecutivo (+12% entre 2021 e 2022), atingindo o valor mais alto dos últimos cinco anos, embora aquém dos registados no anterior quinquénio.

No âmbito da criminalidade potencialmente relacionada com o consumo de álcool, em 2021 foram registadas pelas Forças de Segurança (FS) 30 644 participações de violência doméstica (+13% face a 2021), representando o valor mais elevado dos últimos dez anos. Apesar de algumas oscilações anuais, como os picos em 2019 e 2022, há uma tendência de estabilidade dos valores nos últimos dez anos. Quanto às proporções de sinalização de problemas relacionados com o consumo de álcool por parte do denunciado, é de notar que desde 2018 os dados referem-se apenas a uma das Forças de Segurança, sendo necessário ter os registos de ambas as FS para um retrato mais aproximado da realidade nacional. Essas proporções não têm sofrido oscilações muito relevantes nos últimos anos: entre

2012 e 2017, período com os registos das duas FS, variaram entre os 40% (2017) e os 43% (2012), e entre 2018 e 2020, com base nos registos de uma das FS, entre os 32% (2021 e 2022) e os 34%.

Quanto às **políticas de controlo** houve na primeira parte do ciclo 2013-20 um investimento legislativo – com medidas mais restritivas na disponibilização, venda e consumo de bebidas alcoólicas e, na condução sob o efeito do álcool – e, posteriormente, foram poucos os avanços nestas matérias. Persistem estratégias regulatórias menos restritivas para as bebidas alcoólicas do que para outros produtos similares do ponto de vista da saúde pública, o que está em linha com estudos que evidenciam que Portugal é um país com políticas de baixo controlo em relação ao álcool e onde também dominam as atitudes favoráveis a políticas “*laissez faire*”.

Tal pode explicar, em parte, que apesar das medidas legislativas mais restritivas em 2013 e 2015, as perceções dos jovens sobre a facilidade de acesso a bebidas alcoólicas não tenham melhorado entre 2015 e 2019 e que uma importante franja de menores continue a adquirir bebidas alcoólicas, apesar de proibido por lei. Segundo o *ECATD-CAD, 2019* e o *ESPAD 2019*, as perceções dos jovens sobre a facilidade de acesso a bebidas alcoólicas não sofreram variações relevantes entre 2015 e 2019, apesar da evolução positiva face a 2011. Em 2019, 72% dos alunos portugueses de 16 anos consideravam *fácil/muito fácil* obter cervejas, 58% vinhos e 54% bebidas espirituosas. Portugal apresentou valores próximos às médias europeias no caso das cervejas e das espirituosas, sendo os vinhos percecionados como de mais fácil acesso pelo conjunto dos alunos europeus. Quanto à aquisição de bebidas alcoólicas por parte de menores, em 2019, 24% dos alunos de 13-17 anos (68% dos consumidores) tinham, nos 30 dias antes da inquirição, adquirido bebidas alcoólicas para consumo no local (café, restaurante, bar, pub, discoteca,...) e 14% (34% dos consumidores) tinham adquirido em loja para consumo próprio.

No âmbito da fiscalização relativa à disponibilização, venda e consumo de bebidas alcoólicas em locais públicos e abertos ao público, em 2022 foram fiscalizados 12 871 estabelecimentos, número inferior ao de 2021, embora represente o segundo valor mais alto do quinquénio. Após o aumento significativo do número de estabelecimentos fiscalizados entre 2013 e 2015, anos de introdução de medidas legislativas mais restritivas, os valores vieram a decrescer de forma contínua até 2019, tendência que foi quebrada em 2020, atingindo em 2021 o valor mais elevado desde 2013. As infrações relacionadas com menores nos últimos três anos foram inferiores às dos três anos anteriores, ocorrendo situação inversa com as infrações relacionadas com as restrições a locais e horários.

Em 2022 foram aplicadas em Portugal Continental 68 contraordenações relacionadas com a disponibilização/venda a menores. Após as decidas destas contraordenações em 2019 e 2020, houve um aumento em 2021 seguido de uma ligeira quebra em 2022, mantendo-se aquém dos valores entre 2016-19.

Para os vários indicadores dos mercados com dados disponíveis para 2021 e 2022, a tendência também é de retoma, ultrapassando já os níveis pré-pandémicos.

Segundo as últimas estimativas disponíveis do GISAH para Portugal, em 2019 o **consumo de álcool per capita** (15+ anos) era de 12,1 litros de álcool puro por ano (19,5 nos homens e 5,6 nas mulheres). O decréscimo do consumo registado desde 2005 inverteu-se a partir de 2014, mantendo-se os valores do último quinquénio aquém dos registados até 2011. Face à Região Europa OMS, os valores nacionais eram superiores, havendo também diferenças na estrutura do consumo (mais vinhos e menos espirituosas).

As estimativas nacionais mais recentes (INE, IP, BAP) sobre as **disponibilidades diárias per capita de álcool** apontam para um consumo médio diário de 17,2 g de álcool/hab. em 2020 (-20% face a 2019), correspondendo 60% a vinhos, 30% a cervejas, 6% a espirituosas, e 4% a outras bebidas fermentadas. Após

a subida contínua destes valores em 2014-17, houve uma estabilidade em 2018 e 2019, seguida de uma quebra em 2020.

Quanto ao **volume de vendas** de bebidas alcoólicas, após as descidas nas quantidades disponíveis para consumo em 2020 houve uma recuperação em 2021 e 2022, com as vendas já a ultrapassarem os níveis pré-pandémicos em todos os segmentos de bebidas alcoólicas. Segundo a AT, em 2022 venderam-se em Portugal Continental cerca de 590,7 milhões de litros de cerveja, 39,1 milhões de litros de outras bebidas fermentadas, 17,6 milhões de litros de produtos intermédios e 10,1 milhões de litros de bebidas espirituosas. As vendas aumentaram pelo segundo ano consecutivo nos quatro segmentos de bebidas, tal como tinha acontecido em 2018 e 2019, antes das descidas em 2020, representando os valores de 2022 os mais altos dos últimos dez anos. Segundo o IVV, IP, em 2022 venderam-se cerca de 279,9 milhões de litros de vinhos tranquilos, o valor mais alto desde 2016 (+10% face a 2021).

À exceção do vinho, cuja **taxa do IABA** se mantém a 0,00 €, nos últimos sete anos as variações destas taxas foram idênticas nos vários segmentos de bebidas alcoólicas (+1% entre 2018 e 2022) sem atualizações em 2019, 2020 e 2021. Em Portugal Continental, as **receitas do IABA** nos quatro segmentos de bebidas alcoólicas foram de 257,4 milhões de euros em 2022, contribuindo as bebidas espirituosas e as cervejas respetivamente com 54% e 40% dessas receitas. O aumento do conjunto destas receitas em 2022 (+24% face a 2021) resultou das subidas nos quatro segmentos de bebidas, ultrapassando já as receitas dos anos pré-pandemia e representando os valores mais elevados dos últimos dez anos em todos aqueles segmentos.



SICAD

**Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências**

***General-Directorate for Intervention on Addictive Behaviours and Dependencies***

Tel: +351 211 119 000 | E-mail: [sicad@sicad.min-saude.pt](mailto:sicad@sicad.min-saude.pt) | Site: [www.sicad.pt](http://www.sicad.pt)

 [sicad\\_portugal](https://twitter.com/sicad_portugal)  [SICADPortugal](https://www.facebook.com/SICADPortugal)  [SICAD Portugal](https://www.youtube.com/SICADPortugal)